

IMPACTOS DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO INTEGRADA (EPTNMI).

Ana Julia Santos Calixto ¹
Raquel Quirino ²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão bibliográfica, a Reforma do Ensino Médio instituída pela Lei nº 13.415/2017, que introduziu a Formação Técnica e Profissional como itinerário formativo no currículo dessa etapa da educação básica, em articulação com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A reforma estabeleceu novas diretrizes para a organização curricular do Ensino Médio, com a justificativa de flexibilizar a formação dos estudantes e adequá-la às demandas do mercado de trabalho, além de ampliar a diversificação dos percursos educacionais. A pesquisa discute os impactos dessa reconfiguração sobre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), examinando as implicações da aproximação entre a escola e o mercado e suas consequências para a formação integral dos jovens. Argumenta-se que, ao priorizar a formação profissionalizante e reduzir o espaço destinado à formação geral, a reforma tende a limitar o desenvolvimento de competências amplas, como o pensamento crítico, a capacidade reflexiva e a preparação para o exercício pleno da cidadania, comprometendo o caráter emancipador da educação pública.

Palavras-chave: Reforma do Ensino Médio; Educação Profissional e Tecnológica; EPTNM; BNCC; Formação Integral.

INTRODUÇÃO

A aprovação da Lei nº 13.415/2017 representou uma inflexão decisiva nas políticas educacionais brasileiras, especialmente no que se refere à reestruturação do Ensino Médio. Sob o discurso da flexibilização e da modernização da etapa final da educação básica, a reforma tem sido amplamente criticada por pesquisadores e movimentos educacionais por configurar uma contrarreforma orientada por interesses econômicos e pela lógica de mercado. Longe de promover uma formação integral e

¹ Mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação Tecnológica no Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET/MG. Graduada em Educação Física pela Universidade do Estado de Minas Gerais, juliacalixto13@gmail.com;

² Doutora em Educação. Professora Associada do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica - PPGET; Líder do Grupo de Pesquisa em Formação e Qualificação Profissional - FORQUAP no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG. quirinoraquel@hotmail.com.



emancipadora, as mudanças instituídas reforçam a perspectiva de uma educação voltada à adaptação dos jovens às exigências produtivas do capitalismo contemporâneo.

Nesse contexto, o presente artigo tem como propósito analisar criticamente os impactos da Reforma do Ensino Médio sobre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com foco na modalidade de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada (EPTNMI). O estudo articula contribuições teóricas da pedagogia histórico-crítica, da sociologia da educação e da teoria política para problematizar como as recentes políticas — entre elas a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Programa Novos Caminhos — têm contribuído para o esvaziamento do caráter formativo da EPT, favorecendo processos de instrumentalização do conhecimento e de precarização do ensino.

A relevância da análise reside na necessidade de compreender as implicações dessas políticas para a democratização da educação e para a consolidação de um projeto formativo comprometido com a emancipação humana. Assim, busca-se evidenciar que a aproximação entre educação escolar e mercado de trabalho, sob o argumento da empregabilidade e da eficiência, tem intensificado desigualdades e limitado o potencial crítico e transformador da escola pública.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão teórica que sustenta este estudo ancora-se em duas perspectivas complementares: a análise crítica das reformas educacionais no contexto do neoliberalismo e os fundamentos da pedagogia histórico-crítica como alternativa à lógica tecnicista dominante. Busca-se, com isso, compreender os determinantes político-ideológicos da Reforma do Ensino Médio e seus impactos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), articulando categorias da teoria política, da sociologia da educação e da filosofia da práxis. A primeira subseção aborda o caráter estrutural e ideológico das reformas educacionais recentes; a segunda discute a pedagogia histórico-crítica como horizonte teórico e político de resistência, voltado à formação integral e omnilateral dos sujeitos.

2.1 A Perspectiva Crítica sobre as Reformas Educacionais

A compreensão crítica das reformas educacionais no Brasil exige o resgate de sua historicidade e de seus fundamentos ideológicos. Em uma sociedade capitalista, o



Estado não atua de forma neutra; como argumenta Gramsci (2001), ele é um espaço de disputa entre projetos de hegemonia, podendo tanto reproduzir quanto contestar as estruturas sociais dominantes. No campo educacional, essa disputa se materializa nas políticas curriculares, nas estratégias de financiamento da escola pública e nas formas de organização do trabalho docente.

No contexto do avanço do neoliberalismo, especialmente a partir da década de 1990, observa-se uma inflexão nas políticas educacionais brasileiras. Conforme analisa Frigotto (2017), as reformas passam a ser orientadas por uma racionalidade gerencialista e produtivista, que compreende a educação como investimento e os estudantes como capital humano. Nessa perspectiva, o currículo é reorganizado em função das demandas do mercado de trabalho, priorizando competências instrumentais e comportamentais voltadas à empregabilidade, em detrimento de uma formação crítica, científica e humanista.

Esse movimento encontra respaldo em dispositivos legais e programas de governo que ampliam a lógica privatista da educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), embora contenha princípios democráticos, abriu brechas para a flexibilização curricular e a expansão do setor privado. A Reforma do Ensino Médio, implementada pela Medida Provisória nº 746/2016 e convertida na Lei nº 13.415/2017, representa a culminância desse processo ao fragmentar o currículo, reduzir a carga horária de disciplinas fundamentais e introduzir itinerários formativos sob o argumento da personalização do percurso escolar.

Dardot e Laval (2016) denominam esse fenômeno de “novo espírito do capitalismo”, no qual a educação deixa de ser um direito social e assume o estatuto de mercadoria, regulada pelas leis da oferta e da demanda. A escola passa, então, a ser concebida como espaço de formação de sujeitos adaptáveis, empreendedores de si mesmos e aptos a ocupar postos de trabalho precarizados, frequentemente destituídos de garantias laborais e cidadãs.

Domingos Leite Lima Filho (2020) observa que a reconfiguração da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), especialmente a partir do Programa Novos Caminhos, intensifica esse processo de instrumentalização do ensino. A ênfase em cursos de curta duração e na aquisição de habilidades técnicas imediatas reforça a lógica da produtividade, esvaziando o caráter formativo e crítico da educação. Tal movimento evidencia a subordinação do currículo escolar aos imperativos do mercado, em detrimento da construção de uma consciência social e política.



Dessa forma, a perspectiva crítica das reformas educacionais revela que a atual política educacional brasileira integra um projeto político-ideológico voltado à conformação de subjetividades compatíveis com o padrão neoliberal de sociedade. Políticas que desvalorizam o trabalho docente, reduzem o conteúdo formativo e limitam o acesso das classes populares ao conhecimento sistematizado operam como mecanismos de manutenção das desigualdades e de contenção da emancipação social.

2.2 A Pedagogia Histórico-Crítica e a Formação Integral

A pedagogia histórico-crítica, formulada por Dermeval Saviani a partir da década de 1980, constitui uma resposta teórica e política às limitações das pedagogias tradicionais e tecnicistas, bem como às tendências liberais e neoprodutivistas que permeiam as reformas educacionais contemporâneas. Fundamentada no materialismo histórico-dialético, essa concepção parte do princípio de que a educação é um ato político e deve estar comprometida com a transformação das condições concretas de existência dos sujeitos.

Saviani (2008) defende que a função essencial da escola, sobretudo em sociedades marcadas pela desigualdade, é garantir o acesso ao conhecimento historicamente produzido pela humanidade, possibilitando a formação omnilateral — isto é, a integração dos aspectos intelectuais, estéticos, técnicos, científicos e ético-políticos da experiência humana. A pedagogia histórico-crítica entende a educação como mediação entre a prática social vivida e a prática social transformada, e propõe uma relação dialética entre teoria e prática, ciência e trabalho, cultura e política.

Em oposição à lógica tecnicista que orienta a Reforma do Ensino Médio, essa pedagogia reivindica um currículo que assegure a totalidade do conhecimento e promova o desenvolvimento integral do estudante. Frigotto (2015) reforça essa visão ao argumentar que a EPT, quando articulada a uma formação omnilateral, deve superar a falsa dicotomia entre formação geral e formação técnica, de modo a possibilitar que o estudante compreenda criticamente as relações sociais e produtivas que estruturam o mundo do trabalho. Trata-se, portanto, de uma proposta de formação vinculada a um projeto societário emancipador.

No entanto, a implementação da Reforma do Ensino Médio e de seus itinerários formativos, especialmente o itinerário técnico e profissional, desconsidera essas premissas. Ao organizar o currículo em módulos fragmentados e de oferta desigual entre as redes pública e privada, o modelo reforça a dualidade educacional e reduz a



escola a um espaço de transição para o mercado de trabalho, esvaziando seu papel de formação crítica e cidadã.

Pelissari (2020) adverte que a pedagogia histórico-crítica não pode ser efetivada em um contexto que nega as condições objetivas para sua concretização. A fragmentação curricular, a ausência de infraestrutura adequada, a precarização do trabalho docente e o aprofundamento das desigualdades educacionais criam barreiras estruturais à prática pedagógica transformadora. Diante disso, torna-se urgente resgatar o papel social da escola e reafirmar a educação como direito e prática de liberdade.

Conclui-se que a pedagogia histórico-crítica oferece fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para a construção de uma educação comprometida com a emancipação humana. Ao valorizar a educação como prática social transformadora, ela se opõe frontalmente ao projeto neoliberal hegemônico, defendendo uma formação integral, democrática e socialmente referenciada.

3 METODOLOGIA

A presente investigação adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e analítico-crítica, fundamentada em procedimentos de análise documental e revisão bibliográfica. Essa escolha metodológica decorre da natureza do objeto de estudo, centrado na compreensão crítica das políticas públicas educacionais, com destaque para a Reforma do Ensino Médio, suas normativas complementares e os efeitos dessas mudanças sobre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Conforme Bogdan e Biklen (1994), a pesquisa qualitativa tem como propósito interpretar os significados atribuídos pelos sujeitos, pelos contextos e pelos fenômenos sociais às suas práticas e produções. Nessa perspectiva, o foco do estudo não se restringe a dados quantitativos ou mensuráveis, mas volta-se à apreensão das contradições, intencionalidades e implicações das reformas educacionais enquanto expressões concretas de um projeto societário neoliberal.

Assim, a análise empreendida busca desvelar dimensões ideológicas presentes nos dispositivos legais e nas narrativas que sustentam a reforma, interpretando-as à luz da teoria crítica da educação. A metodologia, portanto, assume caráter reflexivo e interpretativo, articulando categorias teóricas e políticas que permitem compreender de que modo a Reforma do Ensino Médio contribui para a reconfiguração da EPT e para a consolidação de uma racionalidade tecnicista que tensiona o ideal de formação integral.



3.1 Análise Documental

A análise documental consistiu no exame de legislações, diretrizes curriculares e políticas públicas que reconfiguraram a organização do Ensino Médio e da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil nas últimas décadas. Foram considerados, como fontes primárias de investigação:

- Lei nº 13.415/2017, que institui a Reforma do Ensino Médio, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017, com ênfase na etapa do Ensino Médio;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica (DCNEPT).

Esses documentos foram interpretados à luz da teoria crítica da educação, considerando que as políticas educacionais expressam disputas ideológicas e projetos societários em conflito. A análise seguiu os princípios da hermenêutica crítica, conforme Thompson (1995), que possibilita compreender os textos legais não apenas em sua dimensão normativa, mas também como produtos de contextos históricos, políticos e econômicos específicos.

A partir dessa perspectiva, a hermenêutica crítica foi empregada como instrumento para desvelar as intenções subjacentes, os silêncios e os efeitos sociopolíticos presentes nas normativas. Tal procedimento analítico permitiu identificar como os discursos de flexibilização e modernização, recorrentes nos documentos oficiais, operam como mecanismos de legitimação de um projeto educacional que subordina a formação humana às exigências do mercado de trabalho, contribuindo para a precarização da EPT e para o enfraquecimento do direito à educação integral.

3.2 Revisão Bibliográfica

A revisão bibliográfica envolveu a leitura e discussão de produções acadêmicas que analisam a Reforma do Ensino Médio e suas implicações para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) sob uma perspectiva teórico-crítica. Foram priorizadas obras que discutem a relação entre Estado, políticas públicas e educação, com ênfase na pedagogia histórico-crítica e nas abordagens sociológicas do trabalho e da formação humana.



Entre os principais autores consultados destacam-se: Gaudêncio Frigotto, cuja produção discute a lógica produtivista e a dualidade estrutural da educação brasileira; Dermeval Saviani, com sua concepção de formação omnilateral e sua crítica ao tecnicismo educacional; Domingos Leite Lima Filho, que analisa a função social da EPT diante das reformas neoliberais; e Mônica Ribeiro da Silva, que contribui com reflexões teóricas e empíricas sobre os itinerários formativos e a precarização da formação técnica.

As obras desses autores serviram de base interpretativa para estabelecer conexões entre os documentos normativos e o contexto de precarização da educação pública. A bibliografia selecionada forneceu, assim, subsídios teóricos para compreender como a educação profissional tem sido funcionalizada às demandas do mercado de trabalho, em detrimento de seu papel emancipador, crítico e humanista.

3.3 Perspectiva Crítico-Dialética

A pesquisa orienta-se pela perspectiva crítico-dialética, fundamentada na tradição marxista de análise da realidade social. Tal abordagem compreende os fenômenos educacionais como totalidades dinâmicas, contraditórias e historicamente determinadas (KOSIK, 1976). Desse modo, a Reforma do Ensino Médio é interpretada não como um ato administrativo isolado, mas como expressão de interesses de classe e instrumento de hegemonia ideológica.

A dialética permite apreender as contradições internas das políticas educacionais e seus efeitos concretos na formação dos sujeitos. Essa postura epistemológica, ao romper com a neutralidade científica, assume o compromisso com a transformação social e com a denúncia das desigualdades estruturais que atravessam a educação brasileira. Conforme defende Saviani (2008), cabe ao pesquisador em educação explicitar os fundamentos teóricos e políticos de sua análise, uma vez que a escola, o currículo e as políticas públicas são campos de disputa ideológica e expressão de projetos societários divergentes.

4 A REFORMA DO ENSINO MÉDIO: CONTEXTO E IMPLICAÇÕES

A promulgação da Lei nº 13.415/2017 marcou uma profunda reconfiguração no modelo de Ensino Médio brasileiro. Sob o discurso da flexibilização e da modernização da etapa final da educação básica, a nova legislação instituiu os itinerários formativos, alterou a carga horária e redefiniu a organização curricular com base na Base Nacional



Comum Curricular (BNCC). Entretanto, uma análise crítica revela que a reforma promoveu, na prática, a fragmentação do conhecimento e o aprofundamento das desigualdades educacionais.

De acordo com Mônica Ribeiro (2018), um dos efeitos mais significativos da reforma foi a redução da carga horária destinada às disciplinas da formação geral — como Filosofia, Sociologia, Artes, Física e Química —, que deixaram de ser obrigatórias. Tal medida compromete a formação integral dos estudantes, especialmente aqueles da rede pública, que têm na escola o principal espaço de acesso ao conhecimento científico e cultural.

Além disso, os itinerários formativos foram implementados de forma desigual no território nacional. As condições estruturais das escolas públicas, sobretudo nas periferias urbanas e em áreas rurais, inviabilizam a oferta diversificada de itinerários prevista pela lei. Como observa Ribeiro (2019), a reforma foi imposta de maneira vertical, sem ampla consulta pública ou diálogo com os profissionais da educação, o que resultou em um modelo descolado das realidades escolares.

Essa implementação desigual reforça a dualidade estrutural da educação brasileira: enquanto os estudantes das escolas privadas dispõem de múltiplas opções formativas, os das redes públicas veem sua escolha limitada pela infraestrutura disponível. Como analisa Dourado (2021), a flexibilização anunciada traduz-se, de fato, em restrição de oportunidades e em ampliação das desigualdades. Assim, a Reforma do Ensino Médio não pode ser compreendida apenas como uma reestruturação técnica, mas como parte de uma estratégia mais ampla de adequação da educação às exigências do mercado de trabalho, priorizando a formação de jovens para ocupações precarizadas e de baixa remuneração.

5 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NA MIRA DAS CONTRARREFORMAS

Os efeitos da Reforma do Ensino Médio e das políticas subsequentes para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) evidenciam um processo contínuo de precarização. A maioria das escolas públicas não dispõe de condições materiais, humanas e pedagógicas para implementar itinerários formativos que incluam formação técnica. Essa limitação intensifica a exclusão educacional e reduz as possibilidades reais de escolha dos estudantes.



Pelissari (2020) destaca que, em vez de ampliar o acesso à educação profissional, a reforma tem promovido a informalização da aprendizagem técnica, frequentemente delegada a instituições privadas e à educação a distância. O modelo atual reduz a escola a um espaço de preparação para funções operacionais, esvaziando o sentido formativo e crítico do ensino.

Essa dinâmica aprofunda o fosso entre escolas públicas e privadas, inviabilizando a universalização do direito à educação de qualidade. Enquanto os estudantes das redes privadas contam com currículos integrados, infraestrutura laboratorial e atividades complementares, os das redes públicas são conduzidos a percursos formativos fragmentados e de menor densidade acadêmica. Tal cenário reforça a dualidade histórica da educação brasileira: uma formação ampla e humanista para as elites e uma educação mínima e instrumental para as classes trabalhadoras.

6 EDUCAÇÃO COMO DIREITO OU SERVIÇO? A DISPUTA DE PROJETO

A análise da Reforma do Ensino Médio e das políticas associadas à EPT, como o Programa Novos Caminhos, evidencia a coexistência e o embate entre dois projetos de sociedade. De um lado, o projeto que compreende a educação como direito social universal, orientado pela formação omnilateral e pela emancipação humana; de outro, o projeto que concebe a educação como serviço, subordinado às demandas do mercado e à racionalidade produtivista.

A pedagogia histórico-crítica, conforme propõe Saviani (2008), defende uma educação comprometida com a formação integral dos sujeitos, capaz de desenvolver a consciência crítica e promover a transformação da realidade. Em contraposição, o projeto neoliberal vigente busca formar sujeitos flexíveis, disciplinados e produtivos, aptos a atender às exigências do capital.

Frigotto (2017) caracteriza esse movimento como uma contrarreforma educacional, que desmonta conquistas históricas da classe trabalhadora e enfraquece o papel da escola pública democrática. Ao substituir o conhecimento científico e humanista por competências utilitárias e fragmentadas, a reforma desvaloriza o trabalho docente e reduz a função social da escola à preparação mínima para o mercado.

Essa disputa transcende o campo educacional: trata-se de um embate civilizatório sobre o tipo de sociedade que se deseja construir. De um lado, uma educação pública, crítica e emancipadora, voltada à formação de cidadãos conscientes e



participativos; de outro, uma educação instrumental, voltada à adaptação e à manutenção das desigualdades estruturais. O enfrentamento entre esses projetos define, em última instância, o lugar da escola pública na construção de um país mais justo, democrático e igualitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise crítica desenvolvida neste estudo permitiu evidenciar que a Reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei nº 13.415/2017, representa mais do que uma reestruturação administrativa da etapa final da educação básica: trata-se da consolidação de um projeto de contrarreforma educacional orientado por princípios gerencialistas, economicistas e tecnicistas, característicos da racionalidade neoliberal. Longe de atender às reais demandas da juventude brasileira ou de ampliar o direito à educação, a reforma tem aprofundado desigualdades históricas e comprometido o ideal de formação integral e emancipadora.

Ao instituir a flexibilização curricular e os itinerários formativos sem assegurar condições materiais e estruturais para sua implementação equitativa em todo o território nacional, a reforma revela seu caráter excludente. A fragmentação do currículo, aliada à redução da carga horária de componentes essenciais à formação crítica e humanística, limita o acesso ao conhecimento sistematizado — sobretudo para os estudantes da rede pública, oriundos das classes populares, que já enfrentam múltiplos obstáculos sociais, econômicos e educacionais.

Nesse cenário, a escola pública é progressivamente instrumentalizada como espaço de preparação mínima para o trabalho precarizado, esvaziando-se de sua função formativa e socializadora. A ênfase retórica na “liberdade de escolha” dos estudantes escamoteia um paradoxo central: em contextos marcados pela desigualdade, a escolha é imposta como obrigação, e não garantida como direito. Assim, o discurso da flexibilidade opera como estratégia de responsabilização individual diante de condições estruturais desiguais.

A Reforma do Ensino Médio, ao subordinar a formação escolar às demandas imediatas do mercado e desestruturar o currículo comum, nega a educação como direito social universal e como fundamento da cidadania crítica. Longe de promover equidade, reforça a dualidade histórica do sistema educacional brasileiro: um modelo instrumental e fragmentado para os pobres e uma formação plena, científica e crítica para as elites.



Diante desse contexto, reafirma-se a urgência de reconstruir um projeto educacional democrático e emancipador, que reconheça a educação como bem público e direito inalienável, comprometido com a formação omnilateral dos sujeitos, conforme propõe a pedagogia histórico-crítica. Tal projeto deve estar alicerçado nos princípios da justiça social, da equidade e da radicalidade democrática, orientando políticas educacionais que efetivamente democratizem o acesso ao conhecimento e combatam as desigualdades estruturais.

Esse enfrentamento, contudo, não se esgota no plano teórico. Requer ação política e mobilização coletiva. Cabe aos educadores, às universidades públicas, aos sindicatos, aos movimentos sociais e às organizações da sociedade civil o desafio de resistir à mercantilização do ensino e de construir alternativas que restituam à escola pública seu papel histórico como espaço de produção de saber, de cultura e de transformação social.

Fortalecer o debate público, ampliar a participação social na formulação das políticas e lutar pela revogação de medidas que atentam contra o direito à educação são tarefas urgentes. Apenas por meio de um projeto educacional comprometido com os interesses das maiorias sociais será possível garantir uma escola pública que forme sujeitos críticos, criativos e conscientes de seu papel histórico na transformação da realidade.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. *Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016*. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral e altera a LDB. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 set. 2016.

BRASIL. *Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Altera a LDB para dispor sobre a organização do Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica (DCNEPT)*. Brasília: CNE, 2012.



BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Novos Caminhos*. Brasília: MEC, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular: implicações para o direito à educação. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 37, n. 3, 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e crise do capital: a nova pedagogia da hegemonia neoliberal*. São Paulo: Cortez, 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A reforma do ensino médio do capital: a deforma da educação pública. *Trabalho Necessário*, v. 15, n. 28, 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A contrarreforma do Ensino Médio e o ataque à formação humana integral. *Educação & Sociedade*, v. 42, 2021.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LIMA FILHO, Domingos Leite. Educação profissional no contexto das reformas neoliberais: notas sobre o Programa Novos Caminhos. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, v. 4, n. 1, 2020.

PELISSARI, Ana Carolina. A educação profissional e tecnológica sob o prisma da precarização. *Cadernos de Educação*, n. 58, 2020.

RIBEIRO, Mônica. Reforma do Ensino Médio: flexibilização e aprofundamento da desigualdade. In: DOURADO, Luiz F.; OLIVEIRA, R. P. (orgs.). *A Reforma do Ensino Médio em debate*. Brasília: ANPAE, 2018.

RIBEIRO, Mônica. Itinerários formativos e os desafios para a escola pública. In: DOURADO, Luiz F.; OLIVEIRA, R. P. (orgs.). *A Reforma do Ensino Médio em debate*. Brasília: ANPAE, 2019.

SAVIANI, Dermeval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Autores Associados, 2008.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 1995.

